

ÍNDICE:

CONFERÊNCIAS	9
OS JOVENS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11
UPGRADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19
PUBLIC EXPENDITURE MANAGEMET: A BRIEF OVERVIEW	26
A ACTIVIDADE DA OCDE NO DOMÍNIO DA AP	34
THE BUDGET PROCESS AS A LEVER FOR PUBLIC SECTOR – MODERNIZATION IN OECD COUNTRIES	39
COPERNIC OU DE REVOLUTIONNIBUS DANS LA FONCTION PUBLIQUE	46
AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO SECTOR DA SAÚDE	54
SESSÃO A – A AVALIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	65
• AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA DE MEDIDA DA EFECTIVIDADE DAS ACÇÕES DO GOVERNO	67
• AUDITORIA NO SECTOR PÚBLICO: UM INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	84
• (IN)SUCESSO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	99
• NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DO DESEMPENHO	104
• EM BUSCA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS – ALGUMAS RAZÕES PARA A SUA INSPIÊNCIA ENTRE NÓS	108
• AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO: UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO INTEGRADA DAS PESSOAS OU UM MEIO DE REDUÇÃO DE CUSTOS?	124
SESSÃO B – A GESTÃO DA MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	127
• OS NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA COMO FACTOR DE MUDANÇA: O PLANO E O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES	128
• MODERNIZAR A GOVERNAÇÃO, REFORMAR A ADMINISTRAÇÃO: CONTRIBUTO PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA	141
• A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO - O PAPEL DOS INDICADORES DE GESTÃO	156
• CONDIÇÕES DE EMPREGO, CARREIRAS E MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	159
• MODELOS DE REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM RETORNO AOS VALORES TRADICIONAIS?	166
• DESCENTRALIZAÇÃO, VERTICAL DO GOVERNO: COMO RESOLVER O DILEMA DA COORDENAÇÃO	169
SESSÃO C – O CAPITAL HUMANO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	177
• GESTÃO DO CAPITAL HUMANO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	178
• O DIRIGENTE HOJE	180
• GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	189
• AVALIAÇÃO DA FORMA DE TRABALHO DAS COMISSÕES MUNICIPAIS DE EMPREGO (CME) A INTERACÇÃO DOS CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS COM OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	201
• ELITES ADMINISTRATIVAS E MUDANÇA POLÍTICA EM PORTUGAL	203
• COMPETÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS	207

SESSÃO D – NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	213
• RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA OU RENOVAÇÃO NA GESTÃO DE OPERAÇÕES?	214
• MODELOS DE ORGANIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A ADOÇÃO DOS “SISTEMAS COMPLEXOS ADAPTATIVOS”	224
• DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL UNIGRÁFICA À CONTABILIDADE PATRIMONIAL COMO POCP – O PROCESSO DE MUDANÇA NA PERSPECTIVA DE UM FORNECEDOR EXTERNO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	234
• A REFORMA DA CONTABILIDADE PÚBLICA EM PORTUGAL: UMA APLICAÇÃO DO MODELO DE CONTINGÊNCIA DO LUDER	243
• REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO – A QUALIDADE NA PERSPECTIVA DO CIDADÃO	273
• VECTORES DE REESTRUTURAÇÃO E INOVAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO E-SAÚDE	275
 SESSÃO E – GESTÃO PÚBLICA E PARCERIAS	 279
• A INOVAÇÃO COMO UM SISTEMA QUASE BIOLÓGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROCESSOS GERADORES DE CENTRALIZAÇÃO DE PORTUGAL	280
• PARCERIA ESTADO E SOCIEDADE: ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE	290
• A MEDIÇÃO DA EXCELÊNCIA NAS AUTARQUIAS PORTUGUESAS: UM MODELO INTEGRADO	295
• AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO COMO VECTOR DE MUDANÇA	312
• MODELOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MITOS E REALIDADES	320
• OS JULGADOS DE PAZ – UM NOVO PARADIGMA DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA?	322
 SESSÃO F – A ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA	 325
• REFORÇAR A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS: O CONTRIBUTO DO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA O SECTOR DA EDUCAÇÃO POCP-EDUCAÇÃO)	326
• MODERNIZAÇÃO JUDICIAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS	338
• O PAPEL DA META-INFORMAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	342
• DEMOCRACIA PARTICIPADA E GOVERNO ELECTRÓNICO: DUAS METAS INCONCILIÁVEIS?	345
• SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS	358
• O FUTURO PULSAR ELECTRÓNICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUDAR O TRABALHO PARA AS REDES	371
 SESSÃO G – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 375
• SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE APOIO À COMUNICAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E O CENTRO DISTRITAL DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	376
• O PAPEL DA PKI NA TROCA DE INFORMAÇÃO SEGURA NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	390
• A VIRAGEM AO EXTERIOR DOS S.I. DOS ORGANISMOS COMO FACTOR DE MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	408
• APLICAÇÃO DA ANÁLISE AXIOMÁTICA À NOVA GESTÃO PÚBLICA	417
• SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO – AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PODEM AJUDAR?	420
• A MODERNIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: É POSSÍVEL ARTICULAR CONJUNTURA E ESTRATÉGIA?	428

SESSÃO H – A GESTÃO MUNICIPAL	433
• UMA CULTURA DE EMPRESA BASEADA NO TQM COMO SUPORTE DOS NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS	434
• APLICAÇÃO SIG-WEB PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO GEOREFERENCIADA NA INTERNET/INTRANET	441
• AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: A NECESSIDADE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA COORDENAÇÃO E DA COOPERAÇÃO	445
• PLANEAMENTO DA COMUNICAÇÃO AUTÁRQUICA NA RELAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E MUNICÍPIOS – UMA PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO E O CASO PRÁTICO DO ENTRONCAMENTO	460
• A GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – O CASO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL	470
• ORIENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	494
 SESSÃO I – ENSINO SUPERIOR E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO	 499
• O IMPACTO DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS – O CASO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO	500
• AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES – A AVALIAÇÃO ESQUECIDA?	509
• UNIVERSIDADE DE COIMBRA – CASE STUDY DO PROCESSO DA CERTIFICAÇÃO	523
• SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL, VECTOR DE REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	538
• A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	543
• A AGENDA 21 – O URBANISMO E O AMBIENTE	546
 SESSÃO J – O CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS	 551
• O CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS NUMA ADMINISTRAÇÃO EM MUDANÇA	552
• O MODELO DE FINANCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	559
• AS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS NA GESTÃO PÚBLICA	565
• GESTÃO DA TESOURARIA CENTRAL DO ESTADO – O HOMEBANKING DO TESOURO	571
• OS INDICADORES DE GESTÃO NAS ENTIDADES PÚBLICAS: O CASO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	574
• A REMUNERAÇÃO DOS GESTORES DE EMPRESAS PÚBLICAS NOS MERCADOS DE PUBLIC UTILITIES	593